

**COLEGIADO DO CURSO DE PSICOLOGIA
COORDENACAO DA MONOGRAFIA
MONOGRAFIA**

RIANNA OLIVEIRA ALVES

**A INVISIBILIDADE DA POPULAÇÃO NEGRA NA PRÁTICA
CLÍNICA DO PSICÓLOGO: DA CONSTRUÇÃO DA
SUBJETIVIDADE SOCIAL À ASCENSÃO DAS DEMANDAS
RACIALIZADAS**



**COLEGIADO DO CURSO DE PSICOLOGIA
COORDENACAO DA MONOGRAFIA
MONOGRAFIA**

RIANNA OLIVEIRA AL VES

**A INVISIBILIDADE DA POPULAÇÃO NEGRA NA PRÁTICA CLÍNICA DO
PSICÓLOGO: DA CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE SOCIAL À ASCENSÃO
DAS DEMANDAS RACIALIZADAS**

Monografia (Artigo científico) entregue para acompanhamento como parte integrante das atividades de TCC II do Curso de Psicologia da Faculdade de Ilhéus, com a orientação do Prof. Wallace Lima Habib Bonfim.

Ilhéus - Bahia

2021

Ficha Catalográfica

**A INVISIBILIDADE DA POPULAÇÃO NEGRA NA PRÁTICA
CLÍNICA DO PSICÓLOGO: DA CONSTRUÇÃO DA
SUBJETIVIDADE SOCIAL À ASCENSÃO DAS DEMANDAS
RACIALIZADAS**

RIANNA OLIVEIRA ALVES

Aprovado em: __ / __ / ____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Wallace Lima Habib Bonfim – Mestre

Faculdade de Ilhéus - CESUPI

(Orientador)

Prof. Lahiri Lourenço Argollo– Mestre

Faculdade de Ilhéus - CESUPI

(Avaliador I)

Prof. Maria da Conceição Almeida Vita – Mestre

Faculdade de Ilhéus - CESUPI

(Avaliador II)

Agradecimentos

É com imensa satisfação que agradeço a meus pais João e Odete por tornar possível a graduação em Psicologia depois de uma longa busca pela graduação na qual eu me encontraria. Foi o suporte incondicional deles que permitiu que hoje eu estivesse a escrever esse trabalho. Aos meus irmãos Willikgan e Rayana os quais amo muito e estão sempre ao meu lado.

Agradeço também a minha tia Rita por todo carinho e por ter me recebido em seu lar quando necessitei. Falando em lar, não posso deixar de agradecer Dona Suzana (*in memoriam*), Nina e Rogério. Eles são como uma segunda família para mim.

Às minhas companheiras de jornada, Phaloma Mattos e Bárbara Calabraro, com quem dividi as alegrias e percalços da formação acadêmica e com quem criei laços de amizade que levarei para a vida.

Todos os professores tiveram um impacto indescritível na minha formação. Eu os respeito e sou imensamente grata por cada um deles e por todo o conhecimento que foi transmitido. Porém gostaria de agradecer nominalmente a Dayane Mangabeira por ter sido a responsável pela supervisão do meu estágio na Clínica de Psicologia por três semestres; também agradeço ao professor Carmona, com quem é impossível não aprender algo novo sempre; aos professores Paulo Teixeira, Alba Mendonça, Ruana Silva, Marcos Lordão, Conceição Vita e Indira Vita. Vocês são inspirações para que busquemos sermos os melhores profissionais que podemos ser.

Às minhas amigas Raissa Santos, Karoline Moreira e Carla Daniela, com quem compartilho de um vínculo de amizade que vai além da distância.

Por fim, agradeço ao professor Wallace Habib por ter abraçado este projeto comigo. Foi incrivelmente satisfatório encontrar um professor com o qual tive uma sintonia instantânea e que compreende com aprofundamento a relevância desse tema para mim.

A INVISIBILIDADE DA POPULAÇÃO NEGRA NA PRÁTICA CLÍNICA DO PSICÓLOGO: DA CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE SOCIAL À ASCENSÃO DAS DEMANDAS RACIALIZADAS

Rianna Oliveira Alves¹

Wallace Lima Habib Bonfim²

RESUMO

A sociedade brasileira é composta em sua maioria por pessoas negras. Porém, a teoria e prática da Psicologia é embranquecida, baseada em conceitos construídos pela e para a branquitude. Com a ascensão da discussão sobre as demandas psicossociais de pessoas racializadas, a Psicologia se vê na obrigação de rever sua prática a fim de obedecer aos princípios éticos que pregam que a psicologia deve combater discriminações e preconceitos. Assim, a partir de uma análise bibliográfica, este trabalho objetiva descrever os conceitos de raça e racismo, o sofrimento psíquico oriundo do racismo e como a prática dos profissionais de psicologia impactam na desconstrução ou manutenção do racismo na sociedade. Desta forma, pessoas negras que procuram a psicoterapia tendem em não encontrar o suporte técnico-prático por parte da psicóloga em seu atendimento, o que agrava a demandas que levaram o paciente à busca do alívio do seu sofrimento na Psicologia. Observa-se que cada vez mais é necessário que sejam discutidas questões étnicas-raciais na formação do profissional psicólogo e incorporar esses conhecimentos na prática a fim de dirimir os efeitos do racismo e sua estrutura de poder e dominação sobre população não-branca.

Palavras-chave: Racismo. Psicologia Clínica. Sofrimento Psíquico. Antirracismo.

THE INVISIBILITY OF BLACK PEOPLE IN THE PSYCHOLOGICAL CLINIC PRACTICE: FROM THE CONSTRUCTION OF THE SOCIAL SUBJECTIVITY TO THE RISE OF RACIAL-BASED DEMANDS

ABSTRACT

The Brazilian society is in its majority composed by black people. Although, the Psychology theory and practice is based on white people's studies and made for white people. With the rise of discussions about ethnical people psychological demands, the Psychology faces the need to reevaluate its practice to obey the ethical principals which says that Psychology is supposed to fight against discrimination and prejudice. Thus, based on a bibliographic analysis, this paper aims to describe the concepts of race and racism, the psychological suffering caused by it, and how the practice of psychologists impacts in the

¹ Discente do 10º semestre do Curso de Psicologia da Faculdade de Ilhéus. E-mail: rianna.alves@gmail.com

² Professor-orientador do Trabalho de Conclusão de Curso da Faculdade de Ilhéus. Email: psi.habib@gmail.com

process of deconstructing or maintaining racism in our society. Assuming that, black people that look for psychotherapy may not find the technical and practical support expected to alleviate their suffering, which may aggravate their initial condition. It was observed that it is highly necessary that racial themes are discussed in the academic setting and the concepts learned are incorporated in the psychologist practice so to decrease the effects of racism and its power structure and domination over non-white population.

Keywords: Racism. Clinical Psychology. Psychological Suffering. Antiracism.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira é composta em sua maioria por pessoas autodeclaradas negras de acordo com informações divulgadas pelo IBGE (2014). Cerca de 54% da população compõe a população negra (NEGROS, 2015). Contudo, a mesma população é preterida social, econômico e culturalmente devida a construção de raças pautada na hierarquia destas. O grupo racial que ocupa o topo da hierarquia é o branco europeu, o qual determinou baseados em si mesmos como a sociedade se organiza, o que é considerado belo, adequado, civilizado, padrão, puro, digno e relevante.

Os grupos não-brancos foram, historicamente, subjugados, no primeiro momento através da dominação promovida pela colonização justificada pelo conceito que aqueles que diferiam dos europeus brancos eram primitivos, aculturados, degenerados e incapazes de uma vivência civilizada, portando, servindo apenas para servir aos brancos.

Neste contexto, as atribuições que foram dadas aos grupos negros e originários se mantiveram, mesmo que estes não fossem mais, legalmente, escravizados. Essa diferenciação e manutenção da hierarquia racial fomenta e sustenta o racismo e suas manifestações (preconceito e discriminação), colocando pessoas pretas dentro dos piores índices socioeconômicos e sociais.

A pessoa racializada nasce numa sociedade racista e forma sua subjetividade na interação com o outro e recebe, por conta do seu corpo e suas características fenotípicas, um apanhado de adjetivações e pressupostos negativos a respeito de quem ele é, antes mesmo que o negro se descubra como negro.

A Psicologia, ao lidar com o sujeito e seu sofrimento, precisa incorporar em sua prática clínica, a compreensão sócio-histórica do sujeito que está em psicoterapia, a fim de trabalhar com o sujeito consciente do que é resultante do racismo estrutural e institucional na vida daquela pessoa e como esta estrutura promove adoecimento mental. A Psicologia tem um compromisso assegurado pelo Código de Ética não somente com o indivíduo em si, mas com o social e o comunitário.

Dessa forma, a psicologia como ciência e profissão tem crescido em seus espaços de atendimento e, assim, possibilitando que mais pessoas tenham acesso ao profissional psicólogo. Ao mesmo tempo, a prática clínica ainda não tem a mesma acessibilidade a todos os públicos, em especial por razões econômicas, e tem sido repensada a fim de possibilitar que pessoas de diversos contextos socioeconômicos tenham acesso a ela. Sabe-se que a população com maior prejuízo econômico e social no Brasil é composta, em sua maioria, por pessoas declaradas negras ou pardas, correspondendo a 75% dos 10% mais pobres do país (BRASIL, 2019).

A relação de raça e prejuízo econômico explica o baixo acesso de pessoas negras ao serviço clínico da Psicologia. Com as discussões constantes, a prática clínica vem sendo revista e a relevância de trazer para o consultório questões sócio-históricas, políticas e culturais tem se tornado pautas de discussões em congressos, nos conselhos e entre os profissionais. O paciente racializado traz em sua história de vida construções pautadas em violências de raça e racismo, seja ela implícita ou explícita. Ao buscar o atendimento clínico, as demandas desse público precisam ser analisadas a partir dessa compreensão, a fim de que o psicólogo busque a intervenção apropriada para desconstruir o adoecimento causado pelo racismo. Diante dessa realidade, é relevante que o profissional psicólogo esteja preparado teoricamente sobre a vivência de pessoas negras no Brasil.

A proposta aqui apresentada trata especificamente da atuação clínica e no atendimento de pessoas pretas, as quais, devido ao sistema, sofrem prejuízos e sofrimentos distintos do indivíduo branco e que precisam ser considerados no processo terapêutico com o intuito de trazer à luz a existência do racismo e formas de combatê-lo, primeiramente no auxílio das marcas deixadas no indivíduo, e constantemente através de discussões, debates que deveriam ser ofertados desde a formação acadêmica (o que não ocorre).

O racismo é um fator que promove adoecimento mental em pessoas racializadas e necessita de um olhar consciente das questões sócio-históricas e culturais que originaram e que o mantém sendo reproduzido até a atualidade. Diante do crescimento da discussão a respeito do tema, da tomada de consciência desse fenômeno, o profissional de psicologia, que se depara com demandas racializadas em sua prática clínica, possui aporte teórico e prático para o manejo das consequências na saúde mental do indivíduo decorrentes do racismo? Visando responder a este questionamento, objetivo geral deste artigo é buscar analisar as principais produções que abordam a formação e prática clínica de profissionais da Psicologia frente a demandas racializadas.

Sendo assim, os objetivos específicos são descrever o que é ser negro no Brasil, os tipos de violência relacionadas à raça e racismo e os danos na saúde mental da população negra; discutir a aplicação dos conhecimentos sócio-históricos e culturais da vivência de pessoas negras durante o processo psicoterápico e explicar de que forma a prática clínica do profissional psicólogo impacta na adesão e intervenção com paciente racializado.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi uma revisão narrativa com base no seguinte questionamento: “o profissional de psicologia, que se depara com demandas racializadas em sua prática clínica, possui aporte teórico e prático para o manejo das consequências na saúde mental decorrentes do racismo?”.

Os artigos foram localizados nas principais bases de dados de acesso livre online em língua portuguesa, a saber: SciELO (Scientific Electronic Library), Periódicos Capes, Biblioteca Virtual em Saúde e Google Acadêmico. Os descritores utilizados foram psicologia e racismo, psicologia e raça, psicologia e negro. Os critérios de avaliação crítica dos estudos pautaram-se na identificação de títulos que versavam sobre o assunto, introdução racional e objetivos claros, método com fontes de informações confiáveis e que apresentavam estratégias de busca bem definidas, resultados coerentes com os objetivos estabelecidos, discussão com desfecho favorável ao tema demandas racializadas e conclusões com interpretações gerais dos resultados.

A coleta de dados restringiu-se a artigos publicados entre 2007 e 2021 e livros escritos por psicólogos negros, psicólogos engajados na luta do Movimento Negro e estudiosos das relações étnico-raciais e discriminação racial foram utilizados como direcionamento das discussões elencadas nas publicações científicas. A análise, interpretação e síntese das informações foram abordadas de forma qualitativa e algumas inferências basearam-se em resultados de pesquisas clínicas. Por fim, as discussões foram categorizadas em dois tópicos: psiquismo e subjetividade social do negro no Brasil e produção de sentidos e adoecimento psíquico nas demandas racializadas

3 PSIQUISMO E SUBJETIVIDADE SOCIAL DO NEGRO NO BRASIL

A formação da subjetividade humana está diretamente ligada onde esse indivíduo está inserido socio-historicamente. O homem se constitui a partir da sua relação com o

outro, dentro das construções sociais que já estão estabelecidas desde quando essa pessoa nasce. A transmissão do conhecimento adquirido ao longo da história humana é passada através da linguagem, dos instrumentos e do sistema de regras e valores vigentes representados pelos signos e símbolos (FURTADO, 2009).

Odair Furtado (2009) faz uma estruturação de como a individualidade é construída socialmente e como há uma relação de trocas constantes entre indivíduo e meio, na qual o meio transforma o sujeito e o sujeito transforma o meio. Historicamente, a sociedade se organizou de acordo com as demandas socioeconômicas e culturais. Nas constantes mudanças que culminaram no estabelecimento do sistema capitalista como vigente na sociedade, o sistema de classes se tornou referência para organização social, na qual se tornou comum a dominação do homem pelo próprio homem através da exploração da sua mão de obra e serviço. Mudanças na organização da sociedade pautada na mercadoria, produção e na divisão do trabalho transforma a cultura. A cultura é compreendida como toda a organização humana que gera valores, tradições e padrões social e historicamente (FURTADO, 2019).

Furtado (2019) versa sobre a constituição do individualismo promovido pela sociedade capitalista. Prega-se que cada ser é único e suas escolhas e decisões são próprias, porém ao estar inserido em uma sociedade que reforça o consumo de massa, os indivíduos tendem a se comportar de forma similar. Furtado (2019) diz “nos vemos como indivíduos e agimos como massa” (online).

Diante da reflexão promovida por Furtado, pensa-se na formação da subjetividade da pessoa negra na sociedade brasileira. Os negros foram trazidos ao Brasil no século XVI na condição de escravos para trabalhar nas lavouras de cana-de-açúcar, sendo destituídas de sua identidade, cultura, laços familiares e liberdade (BRASIL, 2016). Historicamente, os negros foram vistos de forma negativa num emparelhamento conceitual entre Estado, religião e ciência. A pessoa negra era considerada incapaz, inferior, primitiva, defeituosa em todas as suas manifestações (social, emocional, laboral e intelectual). Tal conceito foi mantido e reforçado nos mais de 300 anos sob os quais as pessoas negras foram mantidas como escravas no Brasil (ANDRE, 2007).

Mesmo com a abolição da escravatura, os negros, agora considerados livres, não foram beneficiados com nenhum tipo de programa para inserção social que os possibilitasse receber educação, trabalho digno e reconhecimento social. As políticas da época, inclusive, proibiam que pessoas negras acessassem esses serviços, tivessem direito a terra para produzir ou fossem matriculadas em escolas. Enquanto “homens livres”, a população negra

foi excluída e marginalizada. Tais políticas reforçavam a ideia inicial da pessoa negra como inferior, incapaz e marginal, arraigando nos discursos e nas políticas direcionadas a esse grupo, estereotipando-as e promovendo as diversas formas de violências direcionadas a população negra (BRASIL, 2016).

O Movimento Negro surgiu no século XX a fim de reivindicar seu espaço na sociedade, buscando as raízes culturais africanas e a ocupação de outros espaços que lhes eram negados. O movimento não foi iniciado no Brasil, já que a escravidão aconteceu também na América do Norte e na Europa. Esta luta continua até os dias atuais na busca pela equidade, pelo fim do racismo e da violência racial (ANDRE, 2007).

As consequências desse histórico causam sequelas nas pessoas negras descritas por André (2007) como um questionamento negativo a respeito de si mesmo, da própria, na sua forma de viver seus sentimentos, baseados na ideiação do branco a respeito das pessoas não brancas, causando no negro sentimentos de medo e vergonha, as quais afetam a formação da sua personalidade.

O racismo é um fenômeno que está nas engrenagens do funcionamento social, reforçado constantemente pela estrutura social. O efeito do racismo é visto na forma nas quais os indivíduos são tratados diante desigualdades no acesso ao conhecimento, das atividades laborais de altos níveis, nos salários, no acesso a oportunidades de crescimento social e nos locais ditos de pertencimento de cada grupo racial. Negros e povos originários se tornam, assim, minorias em acesso a direitos e são os grupos mais vulneráveis as mazelas sociais (BRASIL, 2016).

Cabe pontuar que o conceito de raça aqui apresentado não é um atributo biologicamente definido, mas uma categorização humana e socialmente criada que simboliza poder, hierarquia e conflito (ALMEIDA, 2019). A respeito de raça, Almeida (2019) diz:

Este não é um termo fixo, estático. Seu sentido está inevitavelmente atrelado às circunstâncias históricas em que é utilizado. Por trás da raça sempre há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito relacional e histórico. Assim, a história da raça ou das raças é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas (ALMEIDA, 2019, p. 18).

Apesar da divisão por raças que colocou o homem branco europeu como padrão, as ciências, a religião e o Estado emparelharam-se para buscar comprovar que todos que não estavam no dito padrão eram defeituosos, inferiores e incapazes (ANDRE, 2007; ALMEIDA, 2019; VEIGA, 2019).

Almeida (2019) descreve que, com o advento do Iluminismo e o uso da razão como referência para analisar os fenômenos, o interesse em estudar o ser humano surgiu. Assim, o ser humano se tornou objeto de observação em seus aspectos biológicos, sociais, psicológicos e linguísticos. A partir deste prisma, o Iluminismo permitiu fazer a comparação entre seres humanos e a classificação deles. Dentro dessa classificação surge os conceitos de civilizado e selvagem e, posteriormente, civilizado e primitivo. As revoluções que se sucederam na Europa embasadas no preceito filosófico do Iluminismo pregavam direitos universais e a predominância da razão em oposição ao sistema feudal e poderio da religião. A revolução significava a formação e vitória da civilização.

A sociedade dita civilizada partiu para outros países e continentes a fim de levar a civilização àqueles locais que denominavam como primitivos, colonizando-os em nome da liberdade, igualdade, do mercado e do Estado de direito. Este projeto mostrou seu fracasso ao enfrentar a Revolução Haitiana, a qual evidenciou que o ideal de universalização dos homens não era possível. Diante desta contradição, a raça surgiu como conceito com a finalidade de classificar os seres humanos e justificar as investidas violentas e colonizadoras na África, Américas, Ásia e Oceania. A ascensão do positivismo colocou o homem como objeto científico e teorias biológicas foram formuladas como modelo explicativo da diversidade humana partindo do princípio do determinismo biológico e geográfico. “Desse modo, a pele não branca e o clima tropical favoreceriam o surgimento de comportamentos imorais, lascivos e violentos, além de indicarem pouca inteligência” (ALMEIDA, 2019, p. 21)

A compreensão de raça como um sistema de hierarquização da classificação humana leva a definição do que constitui o racismo. Schucman (2010) traz como conceito de racismo “como qualquer fenômeno que justifique as diferenças, preferências, privilégios, dominação, hierarquias e desigualdades materiais e simbólicas entre seres humanos, baseado na ideia de raça” (SCHUCMAN, 2010, p. 44).

É necessário também compreender historicamente como os negros foram inseridos no Brasil e como foi estabelecida sua participação social, o que lhe foi atribuído e como fora tratado ao longo dos anos para que se torne mais elucidado as consequências no psiquismo da pessoa negra.

Os negros, retirados da sua terra África, perderam sua noção de identidade a partir do momento que foram obrigados a abandonar sua terra, suas famílias, seus pertences, sua linguagem, sua bagagem cultural e tudo que fazia parte de sua realidade e os davam pertencimento. O colonizador despersonalizou os homens e mulheres negras a fim de

animaná-los para fazer o trabalho na lavoura para qual foram trazidos (ANDRE, 2007). Almeida (2019, p. 20) diz “já no século XIX, um juízo parecido com o de Pauw seria feito pelo filósofo Hegel acerca dos africanos, que seriam “sem história, bestiais e envoltos em ferocidade e superstição.”

Tal relação do negro à ferocidade, bestialidade e de forma animalesca foi mantida no discurso em relação a este grupo, tanto que a associação é naturalizada. Essa concepção construiu e reforçou estereótipos a respeito de pessoas negras, a citar: ser inferior, seja intelectual, psicológico ou socialmente, ser sem referência de moralidade, ser não civilizado e primitivo (ANDRE, 2007).

A abolição da escravidão, a qual tornou livre os homens escravizados, nenhum benefício trouxe aos negros. Além de serem impedidos de participar da sociedade por meio do trabalho remunerado e direito a terra e educação, foram substituídos por mão de obra imigrante vindas das Europa. E intenção era o branqueamento da sociedade brasileira, deixando a mercê os negros e possibilitando a vida dos imigrantes no Brasil. Assim iniciou-se o projeto de higienização social e o processo de mestiçagem (FERREIRA; CAMARGO, 2011; SILVA, 2016).

A mestiçagem era antes compreendida como aberração pelos cientistas e estudiosos, os quais afirmavam que a mistura do branco com o negro enfraqueceria o branco, tornando-os impuros e degenerados. Porém, no Brasil, foi um fenômeno que se tornou, posteriormente, a “identidade brasileira” partida do princípio que todos somos mestiços, portanto não há distinção de raça. Esse ideário justifica a falácia da democracia racial que se prega no país (CIRNE, 2007, NASCIMENTO, 2016).

O racismo se apresenta na sociedade brasileira de forma sutil e disfarçada no discurso de diferenças culturais e na meritocracia. O discurso meritocrático dispensa a análise socio-histórica da constituição da sociedade brasileira e entrega aos sujeitos a responsabilidade de buscar seus direitos básicos e ascensão social. Essa concepção esvazia, diante das políticas públicas e do grupo hegemônico, as denúncias das violências raciais sofridas constantemente pela população negra (SCHUCMAN, 2010).

Schucman (2010) descreve os mecanismos utilizados para a manutenção do sistema racista no Brasil:

- 1) Em vez de designar as diferenças sociais a ideia de raça superior e inferior, o discurso baseia-se em cultura superior e inferior, ainda mantendo a produção cultural branca como superior as demais.

- 2) A raça enquanto ancestralidade foi substituída por uma leitura das características físicas e da cor da pele. O preconceito de marca consiste em caracterizar e estereotipar negativamente pessoas com aparência com mais traços semelhantes àqueles africanos. A mestiçagem resultou em uma variação nos tons de pele dos brasileiros, o que dificulta ainda mais no momento de ver-se como negro ou não. Aqueles com a pele mais retinta são vistos como negros enquanto aqueles com a pele mais clara tendem a se aproximar mais do ideário branco, mesmo que não pertença a ele. No fim, a classificação ainda se divide em “brancos” e “não-brancos”.
- 3) A população negra sofre com a violência policial devido a caracterização de agressividade, bestialidade e criminoso atribuído a eles. Os negros são mais abordados pela polícia, sofrem mais violência em intervenções policiais e compõem a maioria em número de encarcerados no Brasil.
- 4) O sistema brasileiro alega que o preconceito existente no país está relacionado a classe, não a cor. Então negar a raça significa negar a existência do racismo. Posto isso, os estudos sociais estavam relacionados à classe (escolaridade, renda) sem incluir a questão racial.
- 5) A população negra sofre com a desigualdade social, estando mais de 70% dos autodeclarados negros em situação de vulnerabilidade econômica e social. Pobreza, desemprego, analfabetismo, índices de violência são todos mais altos entre a população negra em comparação aos brancos (IBGE, 2019). Ignorar a questão racial nos índices citados retoma a ideia de meritocracia e também mina as políticas públicas voltadas para esse público.

Em dados, no Brasil, a cada 23 minutos, uma pessoa negra é assassinada. Em termos de expectativa de vida, uma pessoa negra vive 6 anos a menos que uma branca. 75% das pessoas em maior prejuízo social e pobreza são negras. Pessoas brancas possuem renda per capita até 200% maior do que pessoas negras. Há menor representatividade de pessoas negras na televisão, na mídia, na política e na educação, mesmo que a população negra seja maioria no Brasil (VEIGA, 2019)

4 PRODUÇÃO DE SENTIDOS E ADOECIMENTO PSÍQUICO: O PAPEL DA PSICOLOGIA FRENTE ÀS DEMANDAS RACIALIZADAS

Diante do contexto apontado até aqui, faz-se o questionamento: é possível pensar na subjetivação do indivíduo desconsiderando tudo que lhe é automaticamente atribuído devido as características do seu corpo? A subjetividade é constituída através da interação do indivíduo com o ambiente. A interpretação dos eventos que lhe ocorrem passa por filtros que foram absorvidos pela cultura, pelos ensinamentos familiares, pessoas com quem convive, lugares que frequenta, crenças, valores, também pelo temperamento e caráter da pessoa.

Sendo assim, desde a infância, a pessoa negra enfrenta violências, hostilidade, humilhações, constrangimentos partindo unicamente do pré-julgamento de valor atribuído as suas características físicas. As interações sociais que reforçam atributos de inferioridade, feiura, desqualificação, entre outras, nas pessoas negras são legitimadas quando esse sujeito começa a se ver igualmente desta forma. Como quem definiu que quem era não-branco era automaticamente desqualificado foi o branco, o ideal da branquitude penetra no imaginário da pessoa negra, levando-os a tentativa de aproximar-se o máximo da aparência, modos e estilos de vida brancos (FERREIRA; CAMARGO, 2011).

O expurgo da cor, por parte do indivíduo negro, portanto, se dá em uma dimensão muito mais nociva de autor rejeição quando atinge a esfera do corpo. O sujeito que não consegue oferecer absolvição ao próprio corpo pelos sofrimentos que este lhe impõe começa a ter no corpo um perseguidor implacável que traz uma gama de sentimentos relacionados à dor e à morte (FERREIRA; CAMARGO, 2011, p. 378).

Sujeitar-se ao ideal da branquitude favorece ao adoecimento mental da pessoa negra. A Psicologia, em seu papel de auxiliar o sujeito a lidar com seu sofrimento e com o processo de adoecimento mental, ainda mantém em seu arcabouço teórico, referências construídas por pessoas brancas a partir de observação e estudos com pessoas também brancas. Sem abraçar a perspectiva étnico-racial no aporte teórico, a Psicologia reproduz um saber embasado no pensamento hegemônico construído a partir de conceitos que promovem desigualdade, violências, injustiças, apagamento das diversidades e o impacto que essa vivência provoca na formação da identidade do indivíduo, estando, assim, o currículo de formação de psicólogos e psicólogas ainda alinhado com o colonialismo (OLIVEIRA; LIMA, 2017).

Em se tratando da formação do profissional psicólogo, os currículos nas faculdades e universidades possuem uma lacuna quando o tema são questões étnicas-raciais. As disciplinas ofertadas ou não existem ou são opcionais. O profissional de psicologia se afasta da temática, não considerando os elementos sócio-histórico culturais que formam a

psiquismo e não reconhece o quanto o racismo traz prejuízos graves à saúde mental dos negros e negras brasileiros (OLIVEIRA; LIMA, 2017).

Mesmo com o crescimento da articulação política a fim de conscientizar a população e reduzir os danos causados pelo racismo, o debate ainda é fechado a certos espaços, academicista, não comunitário e pouco valorizado (OLIVEIRA; LIMA, 2017).

Os estudos e práticas na Psicologia foram construídos, em sua maioria, na Europa e nos Estados Unidos, por pessoas brancas e usando pessoas brancas como referência. A importação da teoria e prática sem a compreensão e adequação às questões-étnico raciais que permeiam a constituição da sociedade brasileira resulta numa análise particionada e enviesada a respeito de mais da metade da população brasileira composta por negros e negras (VEIGA, 2019).

Na formação do profissional psicólogo, a falta de estudos e aprofundamento das questões que integram a subjetividade de pessoas negras leva ao apagamento e distanciamento do profissional a uma realidade social que gera grande impacto e sofrimento no sujeito preto, ocasionando a possibilidade do profissional reproduzir racismo e preconceitos no atendimento à pessoas negras. A pessoa negra, dentro do setting terapêutico, diante de uma psicóloga ou um psicólogo que se distancia dos impactos do racismo e atribui ao sujeito a única responsabilidade por seu sofrimento agrava a condição psíquica do indivíduo negro, além de tornar o processo terapêutico um outro ambiente no qual o sujeito sofre violências implícitas ou explícitas ao invés de um ambiente de acolhimento, escuta e compreensão (VEIGA, 2019).

No campo da saúde, tanto na formação dos profissionais, quanto na consciência dos pacientes, doenças e transtornos relacionados a questões raciais são ignorados ou não aprofundados. Tal conhecimento torna o atendimento a pessoas negras empobrecido por invalidar historicidade, condições socioeconômicas e culturais, tratando apenas sintomas sem aprofundamento (MÄDER et al, 2016).

O indivíduo racializado percebe quando é atendido de forma diferenciada baseado na cor de sua pele. Um atendimento não humanizado e distante afasta as pessoas negras dos serviços de saúde, fazendo com que seja evitada a busca por esses profissionais e, conseqüentemente, o agravamento de problemas de saúde. A busca pelo profissional de Psicologia já é estigmatizada por ser associada à loucura. A procura é ainda menor por pessoas racializadas, seja pelo estigma, seja por não se sentirem a vontade diante de uma classe profissional que é, em sua maioria, branca e desconhedora das dores relacionadas a raça e racismo (SANTOS; SCHUCMAN, 2015).

O profissional de Psicologia deve, enquanto profissional da saúde e parte da equipe multidisciplinar, trazer a discussão para os profissionais, as instituições e para a comunidade. Deve-se falar sobre o racismo para que seja desmistificada a ideia de democracia racial ou que práticas racistas não sejam ignoradas e sejam reconhecidas. (MÄDER *et al*, 2016).

A Psicologia, enquanto ciência e profissão, deve estar em constante formação e atualização de seus saberes a fim de incluir de forma efetiva o conhecimento necessário para o combate das mais diversas formas de violência e, no contexto deste trabalho, as violências com origens nas questões de raça e racismo. O profissional psicólogo necessita se apropriar da historicidade da vivência de pessoas negras no Brasil para que no setting terapêutico, a escuta e intervenção leve em consideração tanto a subjetividade do indivíduo quanto as questões socioeconômicas, políticas e sociais às quais esse sujeito está submetido (BENEDITO; FERNANDES, 2020).

Segundo a pesquisa realizada por Benedito e Fernandes (2020), é imprescindível que o profissional da Psicologia inclua a perspectiva que enquanto brasileiros vivemos em uma sociedade estratificada com base na raça. Enquanto racializamos pessoas não-brancas, as pessoas brancas não se veem racializadas. Na finalidade de estender a visão de sujeito, este constituído em sociedade que perpassa conceitos racistas de forma intergeracional e reforça os conceitos de dominação do branco sobre os indivíduos não-brancos, a (o) psicóloga (o), seja ele branco ou não, deve ver-se como ser racializado como forma de ampliar sua visão a respeito do papel social exercido e esperado para cada raça. Apenas a partir a apropriação da própria história, a sociedade brasileira pode de fato desconstruir estereótipos negativos atribuídos ao negro.

A Psicologia tem papel fundamental no processo de desconstrução desses estigmas, primeiramente pelo compromisso social assumido pelo profissional pautado em seu código de ética. Também, pela função do psicólogo de ser uma fonte de alívio, acolhimento e escuta dos sofrimentos. O olhar e escuta do profissional devem estar atentos a questões tanto individuais quanto sociais, econômicas, culturais e políticas. É preciso que, em nossa prática, busquemos quebrar a idealização do negro como ameaça, inferioridade e subalternidade (BENEDITO; FERNANDES, 2020).

“Psicologia pode contribuir significativamente para a luta antirracista por meio da construção do conhecimento sobre o preconceito e o racismo, da busca por transformar esses processos e da formação dos profissionais para trabalhar com tais questões” (BENEDITO; FERNANDES, 2020, p. 4). Na clínica, o sujeito traz em suas vivências,

marcas deixadas pelo racismo sofrido desde seu nascimento além de questões inerentes a existência humana. Contudo, o racismo sofrido por um indivíduo está ligado ao imaginário negativo irraigado a respeito de todo o grupo de pessoas negras. Repensar essas atribuições dadas ao negro é um trabalho conjunto, comunitário e de aliança entre pessoas brancas e não-brancas, as instituições, as políticas públicas e a formação acadêmica. Nosso papel enquanto psicólogos é de promover essa discussão em todos os âmbitos, do clínico ao comunitário (BENEDITO; FERNANDES, 2020).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A psicologia clínica se compromete com a compreensão do indivíduo em sua subjetividade e integralidade, buscando atenuar sofrimentos advindos de diversas fontes e, assim, promover melhor qualidade de vida ao sujeito através da ampliação de estratégias de enfrentamento. Contudo, durante o processo psicoterápico, cujo princípio está no entendimento do homem como ser biopsicossocioespiritual, é imprescindível o letramento do profissional psicólogo acerca das questões socioeconômicas, históricas e culturais no qual o sujeito está inserido.

Partindo desse preceito, compreender a estruturação social pautada na distinção de raças que hierarquizam as relações de poder e atribuem aos grupos racializados estereótipos negativos é imprescindível para que a(o) psicóloga(o) atine-se para como essas atribuições naturalizadas e arraigadas se manifestam na subjetividade do indivíduo.

A prática clínica antirracista permite que no setting terapêutico o indivíduo racializado traga suas questões entendendo que o profissional que a escuta conhece e reconhece essa realidade, dando ao profissional maior sensibilidade e atenção ao discurso que se apresenta e adote posturas adequadas àquela demanda. O paciente\cliente que lida com sofrimento oriundo ou reforçado por violências, preconceitos e discriminações racistas, diretas ao indiretas, necessita de uma escuta e intervenção direcionadas ao entendimento do que é o racismo, como ele é afetado por ele e como desconstruir o conceito de branquitude que está posto como superior e ideal.

Aprofundar os estudos sobre questões étnica-raciais na formação e na prática da Psicologia se faz necessário e urgente, a fim de que os profissionais adequem as práticas a realidade brasileira, reconhecendo e auxiliando no combate do racismo através de uma clínica que reconhece os impactos sociais na formação da subjetividade do sujeito. Com o propósito de trazer tal discussão para a academia e reforçar a relevância dela para um fazer

da psicologia mais ético e conectado com a realidade. A clínica psicológica não deve ser vista como algo separado da Psicologia Social, para qual se destina estudos referentes a questões raciais. Ambas devem caminhar juntas já que o sujeito em sofrimento vive em sociedade, é formado nela e por ela.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo : Sueli Carneiro ; Pólen, 2019. Almeida, Silvio. Ribeiro, Djamilia. (Feminismos Plurais). Pólen Livros, 2019.

ANDRÉ, M. D. C. (2007). Psicossociologia e negritude: breve reflexão sobre o " ser negro" no Brasil. **Boletim-Academia Paulista de Psicologia**, 27(2), 87-102. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/bapp/v27n2/v27n2a10.pdf>. Acesso em: 05 nov 2020.

BENEDITO, M. S.; FERNANDES, M. I. A. Psicologia e Racismo: As Heranças da Clínica Psicológica. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 40, p. 1-16, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/6qtXvXGFnYmBfNwzhGSwjRM/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 22 maio 2021.

CIRNE, M. "**Não é uma tonalidade de pele, é uma posição política**": a formação da identidade negra através do Projeto Universidade Livre. 2007. Dissertação (Pós-graduação em Estudos Étnicos e Africanos), Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2007. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/8711/1/dissertacao_michelle_cirne.pdf. Acesso em: 14 out 2020.

FERREIRA, R. F.; CAMARGO, A. C. As relações cotidianas e a construção da identidade negra. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 31, n. 2, p. 374-389, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pcp/v31n2/v31n2a13.pdf>. Acesso em: 20 set 2020.

FURTADO, O. O Psiquismo e a Subjetividade Social. *In*: BOCK, Ana M. Bahia; GONÇALVES, M.; FURTADO, Odair. (orgs) **Psicologia Socio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. 4 ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2009. Disponível em: https://www.academia.edu/3590354/O_psiquismo_ea_subjetividade_social. Acesso em: 10 dez 2020.

BRASIL. IBGE – Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Estudos e Pesquisas – Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 41. 2019 Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 14 out 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Painel de Indicadores do SUS: Temático Saúde da População Negra**. v.7. Brasília, 2016. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/tematico_saude_populacao_negra_v._7.pdf. Acesso em: 14 out 2020.

MÄDER, B. J. (org.). **Psicologia e relações Étnico-Raciais: diálogos sobre sofrimento psíquico causado pelo racismo**. Curitiba: CRP PR, 2016. Disponível em: https://crppr.org.br/wp-content/uploads/2019/05/AF_CRP_CadernoEtnico_Social_pdf.pdf. Acesso em: 13 maio 2021.

NASCIMENTO, A.do. 1914 – 2011. **O Genocídio do Povo Negro: processo de um racismo mascarado**. / Abdias do Nascimento. 1. ed, São Paulo: Perspectivas, 2016.

NEGROS representam 54% da população do país, mas são só 17% dos mais ricos. **UOL Economia**. 2015. Disponível em: Negros representam 54% da população do país, mas são só 17% dos mais ricos - 04/12/2015 - UOL Economia. Disponível: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2015/12/04/negros-representam-54-da-populacao-do-pais-mas-sao-so-17-dos-mais-ricos.html>. Acesso em: 22 maio 2020.

OLIVEIRA, R. M. De S.; LIMA, J. N. S. Saúde mental e relações étnicas: formação do psicólogo para o SUS e o SUAS, colonização e currículo. **Revista do Programa de pós-graduação em Relações Étnicas e Contemporaniedade** – UESB, v. 2, n. 4, jul.-dez., 2017. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/2372/2265>. Acesso em: 14 out 2020.

SANTOS, A. de O dos; SCHUCMAN, L. V. Desigualdade, Relações Raciais e a Formação de Psicólogos(as). **Revista EPOS**, v. 6, n. 2, jul-dez, p. 117-140, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epos/v6n2/07.pdf>. Acesso em: 15 maio 2021.

SILVA, C. D. D. (2016). **Racismo e a produção de estereótipos**: impactos na subjetividade da criança negra no Brasil. Trabalho de Conclusão de Curso em Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/157613/001016284.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 14 out 2020.

VEIGA, L. M. Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 31, n. esp, p. 244-248. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/fractal/v31nspe/1984-0292-fractal-31-esp-244.pdf>. Acesso em: 10 nov 2020.